
INTEGRANTES

Coordenação Geral

Flávio Falcão (Medicina)
Bárbara Rocha (Nutrição)
Rafael “Falkon” (Biologia)

Coordenação de Finanças

Talita Kumy (Nutrição)
Maria Aparecida “Cida” (Ciências Sociais)
Reinaldo Luna (Medicina)

Assessoria de Comunicação

João Paulo (Comunicação)
Carla Castellotti (Ciências Sociais)

Assessoria Jurídica

André Santiago “Bogus” (Direito)
Brisa Paim (Direito)

Eventos Culturais

Atahualpa Sarmento “Apa” (Biologia)
Davi Coimbra (Biologia)

Coordenação da Área II

Bruno Liberato (Medicina)
Jonatha Lopes (Medicina)
Hugo Cabral (Medicina)

Coordenação do CCBI

Clay Ewerthon (Biologia)
Luciana Calado (Biologia)

Coordenação do Espaço Cultural

Ivan Freitas (Letras)
Lara Tapety (Comunicação)

Secretaria Geral

Lucas Fonseca (Ciências Sociais)
Klebson Porfirio (Ciências Sociais)
Diego Lins “Timbu” (Medicina)

Coordenação de Administração

Gabriel “Bolinha” (Ciências Sociais)
Lee Flôres (Letras)
Carlos Eduardo “Pinky” (Medicina)

Assistência Estudantil

Kátia Moreira (Enfermagem)
Larissa Andreline (Enfermagem)
Homero Dionísio (Comunicação)

Movimentos Sociais

Henrique Bezerra (Ciências Sociais)
Geice Queila (Ciências Sociais)

Coordenação da Área I

Gustavo Luís (Engenharia Civil)
Francisco “Kiko” (Química)

Coordenação da Área III

Davi Fonseca (História)
Rafael Amorim (Direito)

Coordenação do CECA

Jonathan Guedes “Gaio” (Biologia)
Max “Maradona” (Agrimensura)

alem_do_mito@yahoo.com.br
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
- 2006 -



Não jogue fora este material, repasse-o!

ELEIÇÕES DCE - UFAL 2006
25/26 de Janeiro

ALÉM DO MITO...

POR UM DCE COMBATIVO E AUTÔNOMO

CHAPA 4

Quem Somos

Nós, da chapa “Além do Mito...”, defendendo uma base comum de idéias e de propósitos para o DCE e a Universidade, entendemos que a organização dos estudantes é fundamental não somente na luta por uma universidade pública e gratuita, mas também para contribuirmos com a luta maior: por uma sociedade justa e emancipada do jugo do Capital.

Iniciamos o processo de formação de chapa em março de 2005, a partir daqueles que já militavam no movimento estudantil da UFAL e agregando também os que quiseram se juntar em torno dos princípios traçados. Não viemos do nada, nem aparecemos apenas em momentos propícios. E isto porque não concebemos o DCE como um fim em si mesmo, mas sim como um instrumento pleno de mobilização estudantil. Sabemos muito bem diferenciar o que é a gestão de um DCE do DCE enquanto entidade, organização representativa legítima que vai muito além de quem esteja à frente de sua diretoria. Não deixamos de apoiar a construção da luta estudantil, seja em nossos cursos, seja no movimento em geral.

Tampouco buscamos o consenso pelo consenso. Se a luta estudantil se faz mais forte com o maior número possível de estudantes, por outro lado também é preciso erigi-la a partir de um debate franco, aberto e qualificado. Do contrário, construiremos “o nada em cima de coisa alguma”, protagonizando a tão conhecida militância vazia que, muitas vezes, tem por único fim mascarar objetivos escusos. Não basta se eleger representante dos estudantes, colocar-se como “amigo do estudante”, ou esconder-se atrás de um discurso fácil e demagógico, com muita festa e pouca discussão. Não é através do pão e circo, mas sim no debate e no conflito de idéias que se materializa a luta e que se legitima a representação.

Porém, para que o debate e o conflito de idéias sejam colocados à

prova, para que os estudantes sejam reais sujeitos de sua história, é preciso que participem do processo de forma ativa, não como mero adereço ou alegoria. Assim, defendemos um movimento estudantil construído de forma coletiva, horizontal, submetido apenas aos seus espaços de discussão e não a entidades ou grupos políticos. A luta estudantil deve ser autônoma e incondicionada, sem cabrestos.

Quando dizemos que privilegiamos o debate para, a partir dele, construirmos a luta, não significa que somos um “papel em branco”, esperando para ser preenchido. Nós, enquanto indivíduos e enquanto chapa que se propõe a assumir a coordenação do DCE-UFAL, temos posições firmes e as defendemos. Privilegiar o debate é não precisar de máscaras ou escoras, é ter independência para mostrar a cara. É não servir à politicagem. A chapa “Além do Mito...” não possui compromisso com o governo nem com a eleição de nenhum algoz.

Entendemos que, na atual conjuntura, estamos preenchendo uma lacuna importante num contexto em que diversos setores do movimento estudantil ou partem para a defesa descarada do governo Lula, ou dedicam a ele as mesmas críticas pontuais. Nós o tratamos tal como ele é: neoliberal e, conseqüentemente, corrupto. Separando o “joio do trigo”, colocamos nossas energias e nossas idéias à disposição, na luta pela universidade pública, gratuita e voltada às necessidades das camadas populares.

Por que “Além do Mito...”?

No decorrer da história muitas descobertas foram feitas, experiências vivenciadas e paradigmas quebrados. Isto porque a organização da sociedade não é espontânea, mas fruto de um processo histórico. Ela foi construída por seres humanos e, por isso, cabe a nós o papel de transformar a realidade. Devemos aprender com as experiências vividas na nossa história pessoal e na história de um povo ou região. Somos herdeiros das gerações passadas, com suas continuidades e rupturas.

É dentro dessa linha de raciocínio que podemos localizar o trajeto feito pela maior parte da esquerda, e não só no Brasil. O Governo Lula, sem dúvida, é o herdeiro dos caminhos percorridos por ela, do direcionamento dado às suas lutas. Aqui constatamos um erro histórico: a confiança nas eleições, fazendo das lutas sociais um trampolim para fins eleitoreiros.

Podemos nos servir de exemplos recentes onde partidos europeus tidos como socialistas, ao assumirem o posto-chefe de um país, confundem-se com os partidos de direita e acabam por seguir o mesmo projeto político destes. Inglaterra, França, Alemanha, dentre outros, fazem parte da trajetória percorrida pela grande parcela da esquerda mundial que passou a tratar o Estado como parceiro, atrelando os objetivos ao seu prisma e,

✧ **FÓRUM PERMANENTE DE DEBATES** — Há uma grande necessidade de formação teórica dos estudantes, afim de contribuir na capacitação de suas atuações no movimento estudantil, enfocando-se a atual crise do capital e os limites por ele imposto à ampliação da universidade pública; E, ainda, o fórum será um canal permanentemente aberto para discussão dos problemas da UFAL.

✧ **APROXIMAÇÃO DO MOV. ESTUDANTIL DOS MOV. SOCIAIS E SINDICAL** — Com o objetivo de formar uma frente única de combate ao governo;

✧ **MOV. ESTUDANTIL AUTÔNOMO E CLASSISTA** — Somos totalmente contrários a qualquer partidização que torne o movimento estudantil um mero apêndice dos interesses parlamentares, tomando como nossos os interesses da classe trabalhadora;

✧ **GARANTIR A AUTONOMIA DO DCE EM RELAÇÃO À REITORIA** — Como forma de garantir incondicionalmente a defesa dos interesses dos estudantes, somos contrários a qualquer forma de atrelamento político do DCE à Reitoria, ainda mais no atual contexto de reformas neoliberais que prejudicam a universidade;

● ✧ **FORTELECER ENTIDADES DE BASE** — As entidades de base são imprescindíveis para a ampliação do debate com os estudantes e também para direcionar a conduta do DCE, tendo em vista os interesses da universidade pública. Do fortalecimento dos CA's e DA's tende a emergir um corpo discente cada vez mais consciente e engajado no embate político;

✧ **FORTELECIMENTO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL** — Alvejada pelo processo de reforma universitária, a assistência estudantil, que visa a atender a parte mais carente da universidade, vem sendo objeto de propostas que põem fim à sua existência ou que diminuem as suas atribuições. Defendemos o seu fortalecimento, com a ampliação dos direitos já garantidos aos estudantes e sua extensão àqueles que não são atendidos.

✧ **VALORIZAÇÃO E INCENTIVO À CULTURA** — Promoção de eventos e de atividades como exibição de filmes, exposições e apresentações artísticas (teatrais, musicais, etc.).

✧ **RETOMAR A DISCUSSÃO DO PASSE LIVRE ESTUDANTIL** — Porque a gratuidade da educação passa pelo acesso gratuito às instituições de ensino.

**FORA TODOS! QUE NENHUM CORRUPTO DECIDA POR NÓS!
SÓ COM A LUTA TEREMOS UMA SOCIEDADE JUSTA E IGUALITÁRIA!**

As eleições ocorrerão nos dias 25 e 26 de outubro. Para votar é necessário apresentar um documento oficial com foto, tais como RG, Reservista, cartão da Transpal ou carteira estudantil oficial, exceto da UEE.

sofrerem qualquer tipo de controle quanto aos resultados, que são sigilosos, das pesquisas empreendidas. E o País assiste, passivo, à mitigação e à mercantilização do ensino público.

A regulação se dá através do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), que intervém na organização política e administrativa das instituições. Caso estas não alcancem o padrão de “qualidade produtivista” com todos os requisitos estabelecidos, o MEC/BM pode descredenciar universidades e extinguir cursos. O norte apontado é a apropriação, pelos grupos empresariais, da máquina estatal. É este o cerne da Reforma, as chamadas “Parcerias Público-Privado” (PPP), firmadas especialmente para o setor privado ocupar serviços públicos e receber ampla proteção do Estado.

A realidade da UFAL está totalmente imersa nesse contexto de Reforma Universitária. O processo de mudanças no regimento interno, como as unidades acadêmicas, está obedecendo às novas diretrizes nacionais para o ensino superior e se adequando à regulação do SINAES. A convivência de alguns setores da UFAL com a reforma fica nítida quando coordenadores de curso incentivam os estudantes a responder o ENADE (Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes), integrante do SINAES.

- Fortalece-se a cobrança de taxas, em especial no âmbito da pós-graduação
- lato sensu, cujos preços são, inclusive, abusivos. E, mais recentemente,
- houve a proposta da reitoria de extinguir a Pró-Reitoria Estudantil, o que enfraqueceria ainda mais a assistência estudantil. Além disso, a Reitoria também aponta para a privatização do Restaurante Universitário (RU).

O Movimento estudantil (ME) da UFAL, junto ao DCE, conseguiu barrar a extinção da Pró-Reitoria Estudantil. Cabe, agora, ao ME, em parceria com outros setores sociais, organizar o combate à Reforma Universitária e aos seus autores e implementadores (BM/Governo/MEC/Reitoria). É de fundamental importância que um DCE autônomo e combativo encampe a luta pela Universidade Pública e Gratuita.

Nossas Propostas

As propostas que oferecemos foram construídas com base na análise da atual conjuntura econômica e política que impede tanto os estudantes quanto a classe trabalhadora de obterem ganhos efetivos. Muitos acabam por cair no imediatismo, propondo medidas sem consistência política e desviando o foco do movimento estudantil, que deve ser o embate político, para a mera discussão acadêmica. As propostas a seguir, inseridas nesse contexto desfavorável, visam à universalização da universidade pública, gratuita e de qualidade.

conseqüentemente, ao prisma do próprio Capital. Daí se fala em “fim da história” e em “morte das utopias”, que na verdade significam a predominância da lógica de mercado e do Capital em todas as esferas de nossas vidas, inclusive na educação.

Ir além do mito da democracia representativa é um desafio posto à esquerda sincera e combativa. Entendemos que só a luta pode decidir a nosso favor. Somos estudantes, e ninguém melhor do que nós para entender nossas dificuldades e nossas necessidades.

Atualmente muito se fala em reformas (universitária, sindical, trabalhista, etc.), mas todas elas possuem um caráter não-social, com a finalidade de ajustar as estruturas e as leis à lógica de mercado, e não às necessidades humanas. Por isso nos colocamos contra as reformas governistas, por entendermos que não se prestam a nenhuma melhoria efetiva no corpo da sociedade. Sabemos que não há conquista de direitos que não seja feita através da luta. E a luta dos estudantes se faz pelos estudantes.

Romper com a UNE e avançar na luta!

A UNE desempenhou um importante papel na luta contra a ditadura militar, pondo os estudantes numa posição de enfrentamento ao regime. O início dos “anos de chumbo” marcou o ápice da entidade, já que sua atuação lhe proporcionou visibilidade e ajudou a construir uma imagem positiva.

Escorada nesse histórico, a UNE e os seus defensores tentam evocar uma legitimidade que não mais existe. A luta se constrói dia após dia, fato definitivamente esquecido por ela. A história é feita com o olhar voltado para o futuro, e não para o passado. Seu histórico não serve para exaltá-la, mas sim para atestarmos seu atual estado de falência. Não estamos em 1968, e a UNE mudou muito de lá para cá.

A partir dos anos 80, no final do regime militar e no início de sua reconstrução, a UNE entrou progressivamente em declínio político e se acomodou a uma estrutura tão burocratizada que passou a existir para sua própria perpetuação.

Quem pôde presenciar, na UFAL, a forma com que foram eleitos os delegados para o CONUNE (Congresso da União Nacional dos Estudantes), viu que o vazio de discussão é regra. Aqueles que, em seus cursos, tentaram discutir a postura decadente da entidade foram boicotados, e as eleições se deram sem nenhum debate sério. A UNE não estava em disputa, e a briga travada com unhas e dentes entre PT, PC do B, PSB, PCR e setores do PSOL nada mais demonstrou senão uma nebulosa simulação com intuito de mascarar uma política “carguista”, visando a partilha do controle burocrático da entidade, num jogo de cartas marcadas que paralisa a luta.

É importante se falar que há muito os estudantes organizam a luta

por fora da UNE. Mesmo os que ainda a defendem encamparam, em momentos recentes de nossa história, a luta estudantil sem esperar pela UNE. E hoje, quando declarou, em seu último congresso (junho/julho de 2005), que devíamos “dobrar a aposta” no Governo Lula, ou, ainda, quando realizou, em 16/08/2005, ato em Brasília nomeado cinicamente de “Com Lula, contra a corrupção”, a UNE mostrou claramente a perda de sua identidade, a deturpação de sua legitimidade e confirmou ser o chamado “braço de ferro” estudantil do Governo.

Isto sem contar com seu apoio à Reforma Universitária de Lula/FMI, que bem poderia ter sido feita no governo FHC/FMI, já que segue as mesmas linhas neoliberais. A entidade, que deveria defender os estudantes, assume posições vergonhosas, completamente contrárias aos interesses dos mesmos. Ou seja, ela se transformou em um mecanismo usado pelo governo para forjar o apoio estudantil às suas reformas e aos seus projetos em defesa do Capital.

Portanto, se há muito tempo já se fazia a luta por fora da UNE, hoje chegamos à situação crítica de ter de fazê-la também contra a UNE, colocando-a ao lado dos nossos habituais inimigos defensores da mercantilização da educação.

- Nós, da chapa “Além do Mito...”, defendemos a ruptura com a UNE
- por plena convicção de que a luta deve ser maior do que qualquer entidade,
- partido político ou governo, e de que de um passado sepultado não se constrói um futuro digno. Somos os únicos a assumir tal postura e a enfrentar o fato de que a UNE, hoje, está esgotada e inutilizada, visto que, enquanto entidade representativa dos estudantes, não se presta à mobilização estudantil.

E, apesar de sermos a única chapa a promover essa ruptura, nacionalmente o nosso posicionamento é corroborado por diversas entidades, pois grande parte do movimento estudantil em todo país já abandonou a UNE e está buscando novos caminhos. A CONLUTE (Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes) desponta como um pólo aglutinador de esquerda no movimento estudantil, podendo vir a ser, inclusive, uma alternativa de representação legítima. É para isso que o diálogo está aberto, e a luta pela educação de pé.

Contra a Reforma Universitária

As universidades públicas, nos países subdesenvolvidos, são alvos constantes do capital internacional, tendo o Banco Mundial (BM) como proponente de políticas para a Educação. O arrocho nas universidades brasileiras aumentou a partir da década de 70. Com a crise mundial do capital, a ordem do dia passou a ser a ampliação do já saturado mercado,



incluindo no seu bojo serviços como educação, saúde, previdência social, dentre outros, antes legados primordialmente ao Estado.

As diretrizes do BM para as universidades no terceiro mundo são a diluição da fronteira entre o público e o privado; a fragilização do modelo de ensino, pesquisa e extensão; o incentivo ao ensino fomentado apenas por investimentos nas instituições privadas e favorecendo, portanto, a multiplicação dos “escolões”; além da redução de “gastos desnecessários”, dentre os quais figurariam aqueles com assistência estudantil e com a produção de ciência e tecnologia.

A Reforma Universitária que o governo federal vem implementando desde meados de 2003 segue à risca essas diretrizes. Sob o falso discurso de “publicização” do ensino superior, o governo federal e o MEC, através do ProUni, compram vagas nas instituições privadas para estudantes da rede pública e as pagam com isenção de impostos, pouco importando a qualidade do ensino fornecido. Na prática, ocorre uma absurda inversão de valores, pois o Estado, “tapando o sol com a peneira”, desvia para o âmbito privado, mediante o singelo benefício de isenção fiscal e a compra de vagas, o gravíssimo problema de ordem pública que é a precariedade de oferta do ensino superior gratuito. De quebra, ainda não precisa investir na melhoria da rede pública de ensino fundamental e médio.

Todos saem lucrando: o Estado, que se exonera de obrigações que são suas, e as instituições privadas, que se fortalecem e vendem suas vagas livrando-se de parcela da carga tributária. Como sempre, quem perde é a população, que se vê ainda mais distante do ensino público gratuito e de qualidade.

Na universidade pública está no auge a autonomia financeira. As leis do mercado ditam o mecanismo e o governo o põe em prática: libera setores privados dentro das instituições públicas e regulamenta as fundações de apoio privadas, que são verdadeiras sangue-sugas e se utilizam de todo o aparato público para fins lucrativos. Segundo o MEC (e o BM), a produção de tecnologia precisa ser inovada, mas os cofres públicos não têm como bancar o investimento. A solução adotada: deixar o mercado regular a produção de ciência e tecnologia. Assim, basta que as empresas requisitem a pesquisa, contratem professores, recrutem estudantes e ocupem os laboratórios, sem